

Revista Filosófica de Coimbra

VOL. 8 • N.º 15 • MARÇO 99

MIGUEL BAPTISTA PEREIRA — *Metafísica e modernidade nos caminhos do milénio*

EDMUNDO BALSEMÃO PIRES — *«O povo não sabe o que quer». Alguns aspectos da crítica hegeliana a J. J. Rousseau, a respeito da ideia de legitimidade e da origem do Estado, entre 1817/18 e 1820*

AMÂNDIO A. COXITO — *Luis de Molina e a escravatura*

MÁRIO SANTIAGO DE CARVALHO — *Cultural interactions in medieval Iberian Peninsula*

HENRIQUE JALES RIBEIRO — *Proposições de Russell, proposições russellianas, e outras pro-posições*

PROPOSIÇÕES DE RUSSELL, PROPOSIÇÕES RUSSELLIANAS, E OUTRAS PRO-POSIÇÕES: ELEMENTOS PARA UMA DISCUSSÃO DE GILLERMO HURTADO *

HENRIQUE JALES RIBEIRO

Algumas observações preliminares podem ajudar a compreender o interesse e originalidade indiscutíveis deste livro de um filósofo da América latina, que começamos naturalmente por saudar com muito agrado. A história sobre Russell que nos conta o Prof. Hurtado decorre entre 1903 (altura de edição de *Os Princípios da Matemática*) e 1913 (momento em que, face às críticas de Wittgenstein, Russell renunciou a publicar o seu trabalho *Teoria do Conhecimento*)¹. Mas, em parte pelo menos, o verdadeiro trama filosófico dessa história parece passar-se hoje em dia, na filosofia analítica contemporânea e nas investigações sobre Russell em particular. Esta sugestão de leitura está perfeitamente de acordo com a proposta que nos é endereçada pelo título do livro: as *Proposiciones russellianas* não aludem apenas à teoria das proposições de Russell durante o período que foi mencionado, e à sua revalorização no âmbito do que hoje em dia se tornou corrente chamar “proposições russellianas”, mas também às *pro-posições* que o autor dirige à filosofia contemporânea, em ordem a retomar consistentemente, nesse âmbito, o que há de lógica e filosoficamente relevante numa

* Guillermo Hurtado, *Proposiciones russellianas*, Universidade Autónoma Nacional de México, México, 1998, 337 pp.

¹ O conhecimento desse e doutros inéditos de Russell só foi possível depois da criação dos *Russell Archives* em meados dos anos setenta na Universidade de McMaster (Ontário, Canadá). Ele foi publicado pela primeira vez em 1984 pela Unwin Hyman, e retomado em Bertrand Russell, *Theory of Knowledge. The 1913 Manuscript*, The Collected Papers of Bertrand Russell, vol. 7, Ed. E. Ramsey Eames, Routledge, London, 1993. Contém a base material das críticas de Wittgenstein a que nos referimos (feitas, presumivelmente, em Maio de 1913), e que levaram Russell a renunciar à sua publicação integral. Para os detalhes históricos e filosóficos dessas críticas e da reacção de Russell, veja-se E. R. Eames, *Bertrand Russell's Dialogue with His Contemporaries*, Southern Illinois University Press, 1989, pp. 143-152; e D. Pears, “Russell’s 1913 Theory of Knowledge Manuscript”, em *Rereading Russell. Essays on Bertrand Russell's Metaphysics and Epistemology*, Ed. C. W. Savage e A. Anderson, University of Minnesota Press, Minneapolis, 1989, pp. 169-182.

tal teoria. Essas pro-posições são, se assim se pode dizer, as “lições” que o Prof. Hurtado tira da sua história.

Uma vez dito isto, acrescentaremos que não se trata aqui, evidentemente, de contar essa história mais uma vez, nem, muito menos, de medir o alcance das pro-posições do seu autor, mas de proporcionar alguns elementos fundamentais para a leitura tanto de uma como de outros. Em qualquer dos casos, isso implicaria um trabalho especializado que está fora dos objectivos da presente nota de leitura, e que, por certo, fatigaria o leitor não suficientemente informado sobre a filosofia de Russell. Importa, em vez disso, ver em que medida, histórica e filosoficamente falando, é que o Prof. Hurtado pôde chegar efectivamente a contar a história que nos apresenta, porque é que (na ordem das razões, diríamos) nos conta essa história desta maneira e não de qualquer outra, e mesmo, em certa medida, como é que ele pode ser parte essencial da mesma, isto é, como foi sugerido, de uma história que decorrerá não num passado mais ou menos remoto mas na própria filosofia analítica contemporânea, e quais são as consequências desse (por agora apenas suposto) facto. Finalmente, e a ser verdade esta última suposição, importa tirar daí as ilações que nos for possível tirar, em particular no que concerne às investigações sobre Russell.

Será importante salientar aqui que nos encontramos, com o livro do Prof. Hurtado, perante um trabalho criativo e caracteristicamente filosófico, notável em muitos aspectos, que ficará, por certo, na história dos estudos sobre Russell e da problemática das proposições russellianas em geral. Não estamos, pois, perante um simples exercício de aplicação histórico-filosófica. Este facto, por razões que elucidaremos ao longo desta nota de leitura, implica que uma parte substancial da interpretação de Russell apresentada no livro não possa ser discutida ou criticada no plano de uma tal aplicação, ou num quadro estritamente historiográfico (nem é essa, como se disse, a nossa intenção), antes parece exigir, em vez disso, uma análise dos pressupostos históricos e filosóficos que estão na base dessa interpretação. Vamos sugerir, assim, que o terreno próprio da discussão desses pressupostos é uma concepção da história da filosofia, e da história da filosofia de Russell em particular, e que é no plano desta concepção, quer dizer, da originalidade e interesse que ela pode ter hoje em dia, que deveremos avaliar geralmente, por sua vez, a originalidade e interesse da referida interpretação. Deste ponto de vista, e na medida em que uma tal concepção será mais ou menos compartilhada pelos estudos sobre Russell, ou mesmo pela filosofia analítica contemporânea, o que nos preocupa é saber quais são os seus limites ou dificuldades, ou se ela é ou não uma ferramenta adequada para levar a cabo a investigação sobre Russell de maneira geral.

É nesta perspectiva que dividiremos a nossa nota de leitura em três secções principais: numa primeira, introduzimos uma teoria da leitura em filosofia para justificar a interpretação a desenvolver do autor, e, sobretudo, a interpretação dos pressupostos histórico-filosóficos em questão no seu livro, procurando mostrar como a teoria que oferece das proposições de Russell e das chamadas “proposições russellianas” se insere seja na história das leituras contemporâneas desse filósofo, seja no âmbito da filosofia analítica em geral; numa segunda, analisamos

os pressupostos propriamente metodológicos do livro; e finalmente, na terceira secção, discutimos o diagnóstico que nos é apresentado sobre o falhanço da teoria das proposições de Russell, concluindo com algumas observações sobre a actualidade e originalidade das perspectivas do Prof. Hurtado.

1. LENDO RUSSELL HOJE EM DIA, OU DE COMO CHEGAMOS À HISTÓRIA DE G. HURTADO

1. 1. *Uma teoria da leitura da história da filosofia para interpretar o autor*

Importa que justifiquemos a observação que começámos por fazer segundo a qual o terreno próprio da discussão da interpretação de Russell por parte de G. Hurtado será, a nosso ver, não tanto a própria filosofia de Russell mas mais, fundamentalmente, certos pressupostos a respeito da história da filosofia que estarão subjacentes a essa interpretação. Com isso, corremos provavelmente o risco de, para alguns leitores, nos afastarmos consideravelmente do tema próprio desta nota de leitura. Mas o projecto talvez valha a pena apesar de tudo, se, por fim, regressarmos a esse tema com uma perspectiva porventura mais esclarecedora. Neste sentido, vamos sugerir ao leitor de maneira breve e esquemática, de seguida, uma teoria sobre a leitura em filosofia que é justamente aquela que usaremos posteriormente a respeito da interpretação de Russell por parte de Hurtado.

A historiografia sobre Russell, não menos do que a reflexão original do próprio filósofo neste ou naquele período, parece estar inevitavelmente condicionada pelo contexto histórico-filosófico onde se insere. "Condicionada" quer dizer aqui que (todo) o comentador projecta meta-histórica e meta-filosoficamente na sua leitura de Russell (ou, de maneira mais geral, de qualquer outro filósofo) todo um conjunto de pressupostos históricos e filosóficos que pertencem à sua própria época, e que nem sempre são pressupostos do próprio filósofo em estudo, e, por outro lado, que, na medida em que pode não ter a necessária consciência filosófica dos mesmos, a sua leitura/interpretação não só infecta inelutavelmente o texto russelliano com estes ou aqueles pressupostos mais ou menos alheios ou espúrios, como, por isso mesmo, parece depender essencialmente do contexto onde ele próprio se insere. Por muito que o comentador queira aceder ao verdadeiro texto ou ao verdadeiro pensamento do filósofo em estudo, a verdade parece ser que não existe, obviamente, uma leitura pura, ingénua ou desinteressada em filosofia, como não existirá, em princípio, em qualquer outro domínio. E, portanto, esse condicionamento a que nos referimos não deve ser lamentado como uma limitação mais ou menos funesta da historiografia filosófica. Mas, uma vez reconhecida a sua importância mais ou menos fundamental, o que é que é possível fazer? Deve o comentador abandonar, sem mais, o pressuposto de que com ele que se dá um contributo revelador da verdade, ou duma parte essencial desta? Ou deverá ele, em vez disso, quer dizer, em vez de abandonar completamente uma

historiografia filosófica mais ou menos fundacionalista, optar por géneros de historiografia alternativos e competivos com ela, que não estão subordinados ao mesmo pressuposto? ²

Talvez parte da solução destes problemas possa ser vislumbrada se aceitarmos que a interpretação/leitura de cada comentador, tal como o contexto histórico-filosófico que lhe está subjacente, podem e devem ser eles próprios objecto da historiografia filosófica, ao mesmo título que a obra filosófica original em estudo e, em parte, pelas mesmas razões. O interesse de uma problematização tanto de uma como de outro não é apenas, como se presumia com o dogma de uma leitura pura e ingénua, estritamente filosófico: a historiografia filosófica corrente neste ou naquele contexto é determinada em grande parte por razões que não pertencem apenas ao domínio teórico da filosofia (embora possam ter com este uma relação mais ou menos estreita), e que são também, senão mesmo nalguns casos essencialmente, sociológicas, culturais e políticas. (A publicação dos inéditos de um filósofo, que pode implicar uma reformulação decisiva das interpretações vigentes ou correntes, por exemplo, é uma razão desse tipo, e ninguém até agora, aparentemente, sugeriu que os editores fossem integrados no âmbito teórico da filosofia.) É esse justamente, recorde-se de passagem, um dos ensinamentos de T. Kuhn a propósito da investigação propriamente científica, e, na verdade, parece não existir qualquer razão fundamental para que os argumentos que ele utilizou contra a historiografia científica tradicional e em prol de uma sociologia do conhecimento científico não possam ser utilizados, com as devidas distâncias, no caso específico da filosofia ³. Seja como for, é num contexto assim amplamente considerado, e na relação complexa entre essas diferentes razões a que aludimos, que ultimamente têm origem os pressupostos históricos em questão na leitura/interpretação, e o comentador não deve ter receio de aí se assumir plenamente.

Mas, por outro lado, a leitura/interpretação de cada comentador não é necessariamente menos filosófica ou menos filosoficamente inovadora do que a obra original interpretada, e, tal como esta no seu tempo, ela também determina poderosamente, sempre sendo por ele condicionado em certa medida, o pensamento filosófico da sua própria época. Isto significa, não que tenhamos de voltar ao dogma fundacionalista de uma leitura pura e ingénua, mas que as leituras/interpretações da obra de um filósofo num dado contexto da sua recepção são uma vertente fundamental dessa obra, tão ou mais importante do que aquilo que nela nos é dito literalmente; são a obra e a imagem desse filósofo nesse contexto, e, contexto a contexto, são, em rigor, *tudo o que podemos saber dele*, porque, quanto ao resto, nada mais nos é possível saber.

² Esta é, por exemplo, a proposta de R. Rorty perante o tipo de problemas que evocámos anteriormente, em "The Historiography of Philosophy: Four Genres", em *Philosophy in History*, Eds. R. Rorty, J. B. Schneewind, e Q. Skinner, Cambridge University Press, 1984, pp. 49-75.

³ Do ponto de vista da teoria da leitura da história da filosofia a apresentar nesta secção, uma parte substancial daquilo que Kuhn nos diz a respeito das tradições científicas e da investigação científica em geral poderia sem dúvida, por analogia, ser aplicada às tradições e às investigações propriamente filosóficas. Veja-se, neste sentido, "A tensão essencial", em T. Kuhn, *A tensão essencial*, Ed. 70, Lisboa, trad. de R. Pacheco, 1989, pp. 275-292.

O que fica dita aplica-se *mutatis mutandis* ao que o filósofo diz sobre a sua própria filosofia historicamente considerada num dado contexto, ou ao que ele diz nesse contexto sobre a história da filosofia em geral, porque quando o faz desempenha basicamente o papel de comentador. Na verdade, o divórcio aparente entre filósofo e comentador é uma consequência dos próprios pressupostos hermenêuticos da leitura fundacionalista, e tem, por sua vez, consequências nefastas do ponto de vista da interpretação filosófica propriamente dita. De maneira geral, e inevitavelmente, isto é, em virtude da própria natureza da sua criatividade, o filósofo utiliza a história da filosofia como instrumento de legitimação das suas próprias concepções. E essa auto-legitimação tem muitas vezes interesses institucionais óbvios, filosoficamente falando, quando não mesmo interesses claramente sociais e políticos. Ele é o primeiro, deste ponto de vista, a sugerir a falsidade da leitura fundacionalista, e a apontar, involuntariamente é certo, para a pertinência da teoria da leitura que foi anteriormente esboçada. Mas, por outro lado, essa interpretação legitimante é considerada, de maneira geral, como sendo ela mesma teoreticamente isenta ou desinteressada, e essencialmente não contextual.

Nesta perspectiva, parece ser de todo o interesse considerar a possibilidade do que poderíamos chamar uma historiografia *da* historiografia filosófica, ou duma história *da* história da filosofia, na qual, em contraste com o que ocorreu tradicionalmente, o comentador será um elemento absolutamente crucial. Em lugar de histórias da filosofia essencialmente não contextuais, desde logo porque o autor-comentador se representa a si próprio, basicamente, sem história e sem contexto, a história da filosofia assim considerada teria como cenário fundamental o filósofo na medida em que é lido e comentado historicamente, porque é essa de facto, como se disse, a única forma em que ele sobrevive para nós através da sua obra.

Tomemos o exemplo de Russell. O que nos interessaria nessa história não era revelar, obviamente, a verdadeira explicação para esta ou aquela teoria de Russell a partir exclusivamente da obra do próprio filósofo, nem alcançar qualquer outro dos desideratos da leitura fundacionalista. Em vez disso, procuraríamos compreender a filosofia de Russell a partir das interpretações efectuadas sobre ela, em primeiro lugar nos contextos históricos em que se desenvolveu, e, depois, nos contextos posteriores em que ela foi retomada deste ou daquele modo. Alguns elementos absolutamente essenciais dessa leitura seriam, por exemplo, porque é que a filosofia de Russell foi interpretada por ele próprio desta ou daquela forma num dado contexto, porque é que uma dada interpretação é feita deste ou daquele modo num certo contexto e não de qualquer outro, o que é que determina essas interpretações para além dos factores estritamente filosóficos, ou o que é que existirá de comum ou de essencialmente diferente nas diferentes interpretações contextuais e que faz com que, em todas elas, falemos de um mesmo filósofo.

Tudo o que dissémos até aqui a respeito da nossa teoria da leitura pode parecer ser concebido apenas por oposição em relação ao que chamámos “leitura fundacionalista”, e, para além disso, o alcance dessa teoria parece insignificante quanto a uma explicação da criatividade filosófica propriamente dita. Ora, é esta

que, em última análise, funda o divórcio aparente entre o filósofo e o comentador. Mas na verdade, como sugerimos mais acima, a criatividade filosófica assenta em determinados pressupostos que são eles mesmos, de facto, a expressão veemente de um desmentido do suposto alcance da leitura de tipo fundacionalista. Desse desmentido é exemplo a interpretação inevitavelmente auto-legitimante em termos históricos por parte do filósofo em relação à sua própria filosofia. Por outro lado, a história da filosofia tal como a representámos parece ser o maior aliciante à criatividade filosófica de maneira geral, e, a ser verdade a irrelevância final do divórcio entre filósofo e comentador para uma teoria da leitura sobre a matéria, também a principal fonte dessa criatividade. Por fim, tal como o filósofo ele mesmo, o comentador teria todo o interesse em se rever a si próprio nessa história da história da filosofia, em ordem a ter consciência da significação de pressupostos mais ou menos inconscientes ou irreflectidos, ou a problematizar pressupostos voluntariamente aceites.

1. 2. *Algumas aplicações da teoria à historiografia sobre Russell e à interpretação de G. Hurtado*

Nesta secção, procuraremos finalmente entrar no tema desta nota de leitura, tomando como ferramenta a teoria da leitura anteriormente esboçada. Não se trata aqui obviamente, por razões compreensíveis, de aplicar essa teoria em todas as suas vertentes, mas apenas de usá-la quanto aos aspectos caracteristicamente histórico-filosóficos com base nos quais, anteriormente, suposemos que a leitura/interpretação é sempre histórica e filosoficamente contextual.

O que dissemos anteriormente permite-nos explicar porque é que, apesar de certas interpretações de Russell terem sido feitas à trinta ou quarenta anos atrás, elas são ainda importantes para nós na medida em que, justamente, farão parte dessa história da história da filosofia. O problema da durabilidade histórica da interpretação filosófica, como o da sua suposta neutralidade, não tem, obviamente, qualquer explicação no âmbito das teorias da leitura fundacionalista. Que fazer, de facto, das interpretações feitas num contexto histórico-filosófico já ultrapassado sobre Platão, Aristóteles, Descartes, Kant, ou qualquer outro filósofo mais ou menos afastado no tempo? Deveremos, como tradicionalmente, pura e simplesmente ignorá-las? Ou, como dirá Rorty, reconstruí-las no quadro da nossa própria filosofia? No caso de Russell, a teoria anteriormente apresentada permite compreender como é que, *ex hypothesi*, embora essas interpretações não sejam actuais filosoficamente em vários aspectos, e algumas tenham há muito deixado mesmo de ser referências das investigações correntes, podem continuar a ser importantes para nós hoje em dia, na medida em que, como qualquer interpretação filosófica, grande parte do interesse por elas atribuído à filosofia de Russell assentará, não tanto nessa filosofia em si mesma, mas mais, como se disse acima, em certas condicionantes históricas e filosóficas próprias da época em que se inseriam, e essa contextualização é essencial para a leitura da história da filosofia em geral. Deste ponto de vista,

a teoria que apresentámos permite-nos reinseri-las de pleno direito no curso dinâmico da evolução das ideias filosóficas ⁴.

É claro que uma tal relação com um dado contexto, como vimos, ocorre com *todas* as interpretações, aí incluindo a nossa própria interpretação nestas notas. Mas essa aplicação da teoria não é discipienda. D. Pears e A. J. Ayer, por exemplo, eram autores estreitamente ligados à problemática em torno da qual gravitou a filosofia analítica inglesa desde os anos cinquenta até meados dos setenta, e aos pressupostos meta-históricos e meta-filosóficos dessa problemática; o que teve como consequência que as suas interpretações de Russell fossem inevitavelmente afectadas, de uma maneira ou doutra, por um tal contexto ⁵. Um exemplo evidente do que acabamos de dizer é a teoria desses autores, amplamente contestada por interpretações mais recentes que apontam justamente no sentido contrário, segundo a qual Russell, de maneira geral, teria sido um empirista continuador de uma suposta tradição secular do empirismo britânico ⁶. Esta era, recorde-se, a perspectiva geral dos filósofos ingleses da linguagem ordinária, de M. Black a J. Austin e a P. Strawson ⁷, passando, embora de modo quase indelével, por filósofos contemporâneos mais recentes que com eles conviveram, e que por eles foram mais ou menos influenciados neste aspecto, como H. Putnam ou W. V. Quine ⁸. Outro exemplo significativo desse condicionamento a que nos

⁴ Foi justamente esta perspectiva que nós próprios desenvolvemos na nossa dissertação de doutoramento sobre Russell: H. Ribeiro, *Bertrand Russell e as origens da filosofia analítica. O impacto do 'Tractatus Logico-Philosophicus' de L. Wittgenstein na filosofia de Russell*, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1999 (579 pp.).

⁵ Ayer, importa observar, entrou em ruptura com a escola mais influente do movimento analítico inglês, a chamada "escola de Oxford", no início da década de sessenta. Mas isso não o impediu, no essencial, de defender as mesmas posições que esta numa série de temas fundamentais. (Veja-se A. J. Ayer, *Part of My Life*, Ed. Oxford University Press, Oxford, 1977, especialmente cap. 11, pp. 291-312.) Foi ele que, de facto, deu uma visão da história da filosofia, e da história da análise em particular, a esse movimento. Tanto Ayer como Pears foram figuras dominantes na historiografia filosófica inglesa contemporânea até muito recentemente. O que significa que devemos distinguir diferentes fases na evolução do pensamento filosófico de cada um deles. (Neste trabalho, quando nos referirmos tanto a um como a outro, temos em mente os respectivos trabalhos até aos anos setenta.) Esta reserva é particularmente importante quanto a Pears, que se manteve activo até há muito pouco tempo. Um dos seus últimos trabalhos é particularmente importante para a problemática histórica em questão no livro de G. Hurtado (veja-se, mais acima, nota 1).

⁶ Ayer parece ter sido o introdutor deste teoria logo em meados dos anos trinta. Veja-se A. J. Ayer, "The Analytic Movement in Contemporary British Philosophy", em *Actes du Congrès Internationale de Philosophie Scientifique*, Sorbonne, Ed. Hermann, Paris, 1936.; e A. J. Ayer, *Language, Truth and Logic*, Ed. Victor Gollancz, London, 1936. Ele reitera essa teoria até praticamente aos seus últimos trabalhos. Veja-se "A Defense of Empiricism", em A. J. Ayer: *Memorial Essays*, Ed. A. Philips Griffiths, Cambridge University Press, New York, 1991.

⁷ Sobre Strawson, por exemplo, veja-se uma colecção recente de ensaios, *Analysis and Metaphysics. An Introduction to Philosophy*, Ed. Oxford University Press, 1992, em especial, o cap. 2, pp. 16-28.

⁸ "Indelével", porque provavelmente ambos estavam conscientes das limitações dessa perspectiva. No entanto, ela é sugerida no início dos anos cinquenta por Quine em "The Two Dogmas of Empiricism", no contexto de uma discussão das origens do reducionismo do positivismo lógico. (Veja-se W. v. O. Quine, *From a Logical Point of View. Logico-Philosophical Essays*, Ed. Harvard University Press, 1994, pp. 21-46.) A mesma ambiguidade persiste em Putnam, sobretudo quando,

referimos é a redução por parte de Pears e de Ayer da vasta obra filosófica de Russell a, basicamente, dois períodos fundamentais: um primeiro, a dita “primeira filosofia de Russell”, que iria desde *Os Princípios da Matemática* (1903) a os *Principia Mathematica* (1910-1913); e um segundo, mais geral, que iria da chamada “filosofia do atomismo lógico” até aos últimos livros de Russell⁹. Também esta perspectiva desses autores é, hoje em dia, largamente criticada por diversas razões. Desde logo, porque, como decorre do exemplo dado anteriormente, ela ignora a importância de um período fundamental do desenvolvimento da filosofia de Russell que vai de 1896-1897 a 1901-1903 (estas últimas são as datas da elaboração de *Os Princípios da Matemática*), quer dizer, justamente do que hoje se chama o “idealismo de Russell”, e, por isso, não tem em conta a sua influência em períodos posteriores. Depois, porque tanto Ayer como Pears, em parte por razões históricas compreensíveis (como se disse, o manuscrito *Teoria do Conhecimento*, bem como, por arrasto, alguns aspectos das críticas de Wittgenstein, só viriam a ser conhecidos na íntegra publicamente em anos mais recentes), ignoraram a natureza e alcance do impacto de Wittgenstein sobre Russell por volta de 1912-1913¹⁰, centrando as suas interpretações, no que diz respeito à relação entre os dois filósofos, sobre o período do *Tractatus* e anos posteriores, e, neste contexto, confundido infelizmente sob a expressão genérica “filosofia do atomismo lógico” a originalidade do pensamento tanto de um como de outro¹¹. E, finalmente e em consequência, porque parece haver lugar para eleger esse impacto como um período específico da filosofia de Russell, seja porque antecipará de algum modo um outro impacto mais decisivo sobre esse filósofo alguns anos depois, com a leitura do *Tractatus*, seja porque dele decorrem, de forma potencial pelo menos, um conjunto de ensinamentos fundamentais sobre a natureza das concepções de Russell e da própria filosofia analítica em geral.

Mais uma vez, importa assinalá-lo, a identificação relativa, por parte de Pears sobretudo, das filosofias de Russell e de Wittgenstein sob a bandeira do “atomismo lógico” ía ao encontro da leitura geral na matéria do movimento analítico inglês até meados dos anos setenta, altura em que cada uma dessas filosofias conheceu uma reabilitação decisiva¹². Ayer e Pears leram Russell de

tal como Quine, cita Russell no contexto da sua crítica do positivismo lógico. Veja-se a introdução de H. Putnam a “Brains and Behavior” (1963), em *Mind, Language and Reality*, Philosophical Papers, vol. 2, Cambridge University Press, Cambridge, 1975, pp. 325-326.

⁹ Esta divisão é particularmente evidente na primeira parte do conhecido livro de Ayer sobre Russell, *Russell and Moore. The Analytical Heritage*, Ed. MacMillan, London, 1971.

¹⁰ É significativo, deste ponto de vista, que no livro de Ayer sobre Russell, antes citado, haja apenas uma referência de passagem a Wittgenstein no capítulo sobre a filosofia do atomismo lógico de Russell (*ibidem*, p. 54).

¹¹ Veja-se D. Pears, “Logical Atomism: Russell and Wittgenstein”, em *The Revolution in Philosophy*, Ed. A. J. Ayer, MacMillan and Co., London, 1956, pp. 41-55.

¹² O facto fica a dever-se, sem dúvida, à publicação de muitos inéditos de parte a parte, que até aí eram ignorados. E reflectiu-se nos trabalhos posteriores desses dois autores, e particularmente no de Pears, levando a uma reformulação completa das interpretações anteriores. Veja-se D. Pears, *Wittgenstein*, Ed. Fontana Masters, London, 1985; e D. Pears, *La Pensée-Wittgenstein. Du 'Tractatus' aux Recherches Philosophiques*, Ed. Aubier, trad. de C. Chauviré, Paris, 1993.

acordo com certas premissas históricas e filosóficas características do seu próprio (deles) contexto, e que, hoje em dia, parecem ter passado claramente à história, isto é, à história da história da filosofia e das leituras de Russell em particular. Se alguma coisa devemos concluir por agora desse facto, de maneira geral, é que, obviamente, não existe qualquer leitura da história da filosofia, aí incluindo a de G. Hurtado ou a nossa, que seja imune *historicamente*, quer dizer, que não esteja essencialmente condicionada pelo seu próprio contexto histórico particular.

Se, como se sugeriu, a ideia de que Russell não foi geralmente um empirista parece não ter uma justificação na sua obra¹³, qual é a significação histórico-filosófica de uma tal ideia, que foi reiterada quase à exaustão por parte de Ayer e de outros? Obviamente, ela não decorre, simplesmente, do perfil psicológico e intelectual dos seus autores declarados. O que parece ter acontecido é que o suposto empirismo de Russell, tal como a suposta tradição do empirismo bitânico, constituíram essencialmente um instrumento de legitimação histórico-filosófica (com conexões institucionais, sociais e políticas evidentes) da filosofia analítica inglesa dos anos cinquenta e sessenta, e em particular da chamada "escola de Oxford", apostada na entronização de um conceito nacionalista, essencialmente anglo-cêntrico, da filosofia, com todas as suas implicações meta-históricas e meta-filosóficas: divórcio entre "filosofia continental" e "filosofia analítica", rejeição do interesse excessivo pela história da filosofia, rejeição da metafísica e da separação entre filosofia e ciência, etc.¹⁴ Quererá isto dizer que essas ideias não têm uma significação propriamente filosófica? Não necessariamente: não dizemos de uma teoria da física, que, pelo facto de vir a ser posta de lado por investigações futuras, deixa de ser científica; essa teoria pode continuar a ser um instrumento útil, por exemplo, como termo de comparação e avaliação do alcance experimental de teorias alternativas. Do mesmo ponto de vista, uma teoria em filosofia posta em causa pelas investigações correntes pode permanecer, indirectamente pelo menos, um instrumento dessas mesmas investigações. E é assim que, de facto, devemos encarar as teorias de Ayer e de Pears.

Agora, em que medida é que tudo aquilo que temos vindo a dizer se aplica à interpretação de Russell por parte de G. Hurtado? Há dois tipos de pressupostos histórico-filosóficos subjacentes a essa interpretação sobre os quais importa que nos detenhamos brevemente: o primeiro diz respeito a uma reformulação da imagem contemporânea da filosofia de Russell, a que já aludimos, provocada pela publicação dos seus trabalhos inéditos a partir dos anos oitenta; o segundo, não menos importante do que o primeiro e com ele indissociavelmente relacionado, tem a ver com o lugar dessa filosofia na problemática mais geral da filosofia

¹³ O próprio Russell, supostamente em pleno período "empirista", contestará de forma indirecta em 1919 aqueles que na altura, inadvertidamente, o consideravam como tal. Veja-se "A Microcosm of British Philosophy", em *Essays on Language, Mind and Matter: 1919-1926*, The Collected Papers of Bertrand Russell, vol. 9, Ed. J. Slater, Unwin Hyman, London, 1988, pp. 384-388.

¹⁴ Jonathan Rée analisou os diferentes aspectos que acabamos de evocar no trabalho "La philosophie anglaise des années cinquante", em *Philosophie Analytique et Histoire de la Philosophie*, textes réunis par Jean-Michel Vienne, Ed. J. Vrin, Paris, 1997, pp. 17-60.

analítica contemporânea, e, em particular, com o conhecido tema das proposições russellianas. Algumas observações parecem ser essenciais para que possamos compreender a influência de ambos na interpretação feita pelo filósofo mexicano.

Sem o pressuposto histórico-contextual, amplamente aceite hoje em dia, de que Russell não era de facto, particularmente no que diz respeito ao período de que se ocupa o autor, um empirista, mas um realista em ruptura mais ou menos manifesta com o idealismo, essa história não teria sequer chegado, provavelmente, a ser contada. E isto não porque Ayer ou Pears, evidentemente, ignorassem a natureza realista do pensamento de Russell nesse período, mas porque uma consciência tão clara quanto possível da demarcação entre idealismo e realismo, que não estava ao alcance deles na altura, era uma condição essencial, ao encontro de certas tendências quer da historiografia quer da própria filosofia analítica contemporânea, para uma revalorização lógica e ontológica do realismo em geral, e em particular, como acontece com a interpretação de G. Hurtado, do realismo da teoria das proposições de Russell e das próprias proposições russellianas.

De igual modo, sem o pressuposto historiográfico do impacto de Wittgenstein sobre Russell por volta de 1912-1913, e, fundamentalmente, sem o pressuposto filosófico de que, nos dois casos, se trata de filosofias distintas prosseguindo, cada uma a seu modo, os seus respectivos objectivos, a interpretação de G. Hurtado seria praticamente ininteligível. No caso deste último pressuposto, em particular, uma suposição adicional do autor, que parece ser antagónica com a de Ayer e a de Pears sobre o assunto, é que Russell, em meados da primeira década deste século, teria visto nas investigações de Wittgenstein, directa ou indirectamente, o contexto filosófico fundamental de uma possível justificação da lógica a apresentar num futuro próximo, isto é, de uma justificação das suas próprias investigações e das de Wittgenstein, e terá sido justamente por esta razão, em princípio, que ele admitiu o fracasso das primeiras. Ora, o pressuposto dos dois filósofos ingleses a este respeito é exactamente o oposto: teria sido sobretudo Wittgenstein, até ao *Tractatus* pelo menos, que andaria a reboque do atomismo lógico de Russell, não o inverso.

Por último, sem o pressuposto em grande parte meta-histórico e meta-filosófico de que, como se disse, esse impacto fez entrar numa crise mais ou menos profunda a filosofia de Russell, e tem para a filosofia contemporânea, na sequência dessa revalorização do realismo da teoria russelliana das proposições a que já nos referimos, uma significação indiscutível, uma tal história seria, pelo menos, completamente diferente daquela que nos é apresentada. Todos estes pressupostos, nos nossos dias, são premissas claramente contextuais do enredo da história de Hurtado, embora para o autor, nalguns casos, sejam tomadas como adquiridas ou mais ou menos evidentes por si mesmas¹⁵.

O facto de serem contextuais não significa, claro está, que não sejam geralmente discutíveis ou criticáveis, e, obviamente, que não haja uma discussão possível entre as interpretações oriundas de contextos histórico-filosóficos

¹⁵ Este facto decorre, como veremos na secção seguinte, dos pressupostos metodológicos do autor.

anteriores, como a de Ayer, e as interpretações actuais, como a de G. Hurtado. Um exemplo evidente disso mesmo é a obra de D. Pears, que, dos anos sessenta até muito recentemente, atravessou esses diferentes contextos. Ayer e Hurtado poderiam discutir entre si longamente as respectivas interpretações, e é muito provável que o primeiro não renunciasse, no todo ou mesmo em parte, à sua, adaptando-a, se fosse caso disso, aos dados contextuais mais recentes. E isto é assim porque, não obstante a importância fundamental da contribuição da historiografia neste últimos anos para a leitura de Russell, o cerne das divergências entre ambos no plano histórico-filosófico é essencialmente *conceptual*, não historiográfico. Na verdade, essa contribuição da historiografia não veio reformular completamente a história conhecida a respeito da filosofia de Russell, por exemplo, aquela que o próprio Russell nos conta em *O Meu Desenvolvimento Filosófico*¹⁶ sobre o período idealista, mas sim, em rigor, *actualizá-la* à luz de um novo contexto, dando-lhe um renovado interesse e relevo. Ayer, seguramente, não ignorava que o próprio Russell por diversas vezes, ao longo da sua carreira, tinha filosofado a propósito período idealista. O que aconteceu foi, antes, que as premissas histórico-contextuais, em geral, da filosofia de Ayer, e particularmente aquelas que estão na origem do estandarte empirista do movimento analítico na época, o levaram a menosprezar claramente a importância desse período. Mas evidentemente, como se sugeriu, idêntico tipo de considerações poderia aplicar-se, *mutatis mutandis*, ao carácter contextual das premissas da história de Hurtado.

De facto, o mesmo poderia dizer-se a respeito da revalorização do realismo de Russell e da sua teoria das proposições no âmbito das chamadas "proposições russellianas", — um tema que foi introduzido por D. Kaplan no final dos anos setenta, mas que foi elaborado independentemente por outros continuadores das teorias de Russell como G. Evans¹⁷. A ideia central por detrás de uma tal revalorização, nesse âmbito, é a adopção da tese de Russell a respeito das proposições entre 1903 e 1910, segundo a qual as proposições são entidades estruturadas que têm como constituintes os objectos (particulares e universais) de que é suposto ocuparem-se, e do princípio russelliano do conhecimento directo (*acquaintance*) que justifica o nosso conhecimento dessas proposições, no novo contexto da problemática filosófica analítica da época. Não é propósito de Kaplan e de Evans serem fiéis completamente aos fundamentos lógicos, ontológicos e epistemológicos da teoria das proposições de Russell e do referido princípio, embora pretendam aderir ao que é suposto ser essencial tanto a uns como a outros. A sua intenção mais ou menos encoberta, como sugeriu S. Neale a

¹⁶ Veja-se B. Russell, *My Philosophical Development*, Ed. George Allen & Unwin, London, 1959, cap. IV, pp. 37-53.

¹⁷ O conceito foi pela primeira vez utilizado por Kaplan em "Dhat", coligido em *Contemporary Perspectives in the Philosophy of Language*, Ed. P. French et al., University of Minnesota Press, Minneapolis, 1979. Seria posteriormente retomado noutros trabalhos, nomeadamente "Demonstratives", em *Themes from Kaplan*, Ed. Joseph Almog, John Perry e Howard Wettstein, Oxford University Press, Oxford, 1989, pp. 481-563. De Evans, veja-se G. Evans, *The Varieties of Reference*, Oxford University Press, Oxford, 1982.

propósito do lugar da teoria das descrições na semântica contemporânea, é finalmente sugerir que esta teoria possa ser usada como um componente essencial de uma semântica sistemática para a linguagem ordinária¹⁸. Contudo, como mostrou Linsky, a proposição e a *acquaintance* russellianas sofrem alterações inicialmente insuspeitas e que subvertem claramente o seu âmago doutrinal original, as quais são requeridas, em última análise, pelas novas exigências no plano conceptual da filosofia analítica contemporânea¹⁹. De modo que a questão de saber em que medida essas proposições são, de facto, russellianas, é iniludível e inteiramente pertinente, colocando alguns problemas metodológicos fundamentais sobre o papel da interpretação em história da filosofia, a que aludiremos, a propósito da interpretação de Hurtado, na secção seguinte.

Seja como for, esta revalorização analítica do realismo da teoria das proposições de Russell por parte de Kaplan, Evans e outros durante o decurso dos anos oitenta, antecipou claramente a própria investigação especializada sobre essa teoria, que só viria a decorrer, de maneira geral, no princípio dos anos noventa²⁰, e vai ao encontro de toda uma problemática histórica e filosófica sobre o realismo e o seu papel nas fundações da lógica e da matemática que foi introduzida, de facto, nos anos setenta, pelos trabalhos de M. Dummett, não directamente a respeito de Russell mas de Frege²¹. Essa responsabilidade histórica do autor de *Frege: A Filosofia da Linguagem* é tanto mais significativa quanto é certo que ele próprio não era um realista, ao contrário de outros, como Putnam, que mais ou menos na mesma altura, advogavam o realismo não apenas quanto à teoria da significação, mas, mais geralmente, a respeito das fundações da matemática e da teoria científica em geral²². Dummett, de facto, não subscrevia quer o realismo da teoria da significação de Frege, quer o platonismo deste a respeito da matemática, embora insistisse sobre a importância da significação histórica de ambos em contraste com a psicologização da lógica levada a cabo, segundo ele, por Russell mais ou menos na mesma altura que Frege²³. Deste ponto de vista, ele considerava o realismo fregeano como uma condição lógica e historicamente necessária para a superação do idealismo, a qual, que, no princípio do século, terá conduzido Frege à fundação da filosofia analítica, e à possibilidade essencial do

¹⁸ Veja-se S. Neale, "Grammatical Form, Logical Form, and Incomplete Symbols", em *Russell and Analytic Philosophy*, Ed. A. D. Irvine e G. A. Wedeking, University of Toronto Press, Toronto, 1993, pp. 97-139.

¹⁹ Veja-se B. Linsky, "Why Russell Abandoned Russellian Propositions", em *ibidem*, pp. 192-209, especialmente, 192-197.

²⁰ Abordaremos este tipo de conexão na secção 3.

²¹ Trata-se particularmente daqueles que foram editados em M. Dummett, *Truth and Other Enigmas*, Ed. Duckworth, Worcester and London, 1978. O tema seria depois retomado amplamente noutros livros de Dummett.

²² Veja-se H. Putnam, "Explanation and Reference" (1973), e "The Meaning of 'Meaning'" (1975), em H. Putnam, *Mind Language and Reality*, Philosophical Papers, vol. 2, Cambridge University Press, Cambridge, 1986, pp. 196-214, e 215-271.

²³ Vejam-se as conclusões finais de M. Dummett em *Frege. Philosophy of Language*, Ed. Duckworth, 1981 (2ª ed.), pp. 682-684; e sobre a sua crítica de Russell, identificado com a tradição cartesiana em filosofia, *ibidem*, pp. xxxiii e ss., e 667 e ss..

seu desenvolvimento sistemático ou programático²⁴. Este apelo para a história mais ou menos remota da filosofia analítica, a par da ênfase posta nessa ideia de uma investigação analítica sistemática em filosofia que rivalizaria, a seu modo, com a investigação científica propriamente dita, permite compreender o forte impacto de Dummett entre os filósofos analíticos, e a prioridade da sua influência em relação aos próprios filósofos adeptos do realismo, como Putnam, que nunca mostraram uma preocupação excessiva com a história remota da filosofia analítica²⁵. Nos seus trabalhos da década de setenta, ele lançou em grande parte a agenda da problemática do papel do realismo em filosofia que viria a ser seguida, geralmente, pelos outros filósofos analíticos, a propósito de Wittgenstein, de Quine, ou de Putnam, dando origem a uma bibliografia numerosa e riquíssima hoje em dia sobre a relação desses filósofos com as teorias de Frege, e entre si²⁶. O pressuposto mais ou menos geral desde essa época até, nomeadamente, ao aparecimento da problemática das proposições russellianas nos anos oitenta, era geralmente o do próprio Dummett: que a filosofia da lógica e da matemática de Frege não estava contaminada pelas mesmas impurezas epistemológicas que encontraríamos em Russell, e que, portanto, ela aparecia como uma ferramenta mais adequada para o desenvolvimento de uma tal problemática. A importância de um tal pressuposto saía claramente reforçada com a hostilidade evidente que a filosofia analítica inglesa da linguagem ordinária nutriu, desde o princípio, a respeito da filosofia de Russell, e, por outro lado, os compromissos filosóficos e afectivos entre o que Dummett intitulou “escola americana” (Quine, Putnam, Goodman e outros) e os filósofos ingleses pareciam reforçá-la muito mais²⁷. Em todo o caso, era já óbvio a partir dos trabalhos de Dummett, e tornou-se gradualmente patente, em geral, que a própria teoria da significação de Frege e o seu platonismo em matemática não estavam, em vários aspectos fundamentais, à altura da tarefa nem de uma delimitação da problemática em torno do realismo nem, muito menos, da sua justificação²⁸. É neste contexto que se insere o apelo de Kaplan, Evans e outros para o realismo de Russell e da sua teoria das proposições.

²⁴ M. Dummett, “Can Analytical Philosophy be Systematic, and Ought it to Be?”, em *Truth and Other Enigmas*, pp. 437-458.

²⁵ Excepções, provavelmente, são alguns ensaios de Putnam, como “Language and Philosophy” (1975). Veja-se H. Putnam, *op. cit.*, pp. 1-32.

²⁶ É impossível aqui fazer uma referência adequada a essa bibliografia. Neil Tennant, *Anti-Realism and Logic. Truth as Eternal*, Clarendon Press, Oxford, 1987, oferece um panorama histórico e fornece informação bibliográfica útil a respeito da problemática do realismo em semântica. Quanto aos filósofos referidos, veja-se, nomeadamente, Jane Heal, *Fact and Meaning: Quine and Wittgenstein on Philosophy of Language*, Ed. Basil Blackwell, Oxford, 1989; e C. Diamond, *The Realistic Spirit. Wittgenstein, Philosophy and the Mind*, Ed. The MIT Press, Cambridge-Massachusetts, 1996.

²⁷ M. Dummett, *art. cit.*, p. 441.

²⁸ G. Evans concluirá a este respeito, significativamente: “it seems clear that all good Fregeans must live in hopes of a yet profounder philosopher philosophy.” (G. Evans, “Understanding Demonstratives”, em *Meaning and Understanding*, Ed. Herman Parret and J. Bouveresse, Walter de Gruyter, Berlin-New York, 1981, p. 303.)

2. PROPOSIÇÕES RUSSELLIANAS E HISTÓRIA DA FILOSOFIA

Alguns pressupostos metodológicos G. Hurtado

Como vimos, um dos pressupostos da história de G. Hurtado, na esteira de uma doutrina sobre o assunto relativamente recente mas corrente nas investigações sobre Russell, é que o impacto de Wittgenstein em 1912-1913 delimita um período específico e peculiar da filosofia de Russell, e paraliza-a completamente durante um certo tempo²⁹. A este pressuposto mais menos comum nos nossos dias, mas que nem por isso deixa de ser menos discutível, o autor, ao encontro dessa revalorização contemporânea do realismo das proposições de Russell, acrescenta a suposição complementar de que um tal período é, de algum modo, paradigmático, na medida em que o realismo de Russell pode constituir em última análise, desde que devidamente depurado das suas inconsistências lógicas e ontológicas, a base essencial de uma nova teoria das proposições (apresentada no “Epílogo” do livro). Que uma tal base é caracteristicamente meta-histórica e meta-filosófica, atesta-o a originalidade com que G. Hurtado apela resumidamente para a história dos problemas em discussão em ordem a introduzir, passo a passo, certos pressupostos dessa nova teoria, para logo, num segundo momento, apresentar a sua própria argumentação no plano mais ou menos ideal ou abstracto da legitimidade das soluções de Russell. Metodologicamente falando, a sua ideia é que, uma vez obtido um conjunto de conclusões fundamentais a partir da abordagem histórico-filosófica, essas conclusões podem ser retomadas independentemente do contexto inicial, isto é, do contexto de onde as obtivemos, e ficar disponíveis para o laboratório da reflexão propriamente filosófica, onde são analisadas, discutidas e desenvolvidas por si mesmas. Não se trata apenas, importa dizê-lo de passagem, de um pressuposto metodológico de G. Hurtado em particular, mas de um pressuposto de vários outros investigadores contemporâneos da filosofia de Russell cujo verdadeiro alcance é discutível³⁰. Seja como for, um grave inconveniente desta postura é que, inevitavelmente, corremos o risco de perder nesse laboratório a significação original daquelas teses mais conjecturais e contextuais de Russell. É um preço que G. Hurtado parece querer sistematicamente pagar ao longo do livro, como a historiografia sobre o filósofo já mencionada, a pretensão das “limitações” e “inconsistências” dessas teses ou das “contradições” entre elas. Mas mesmo quando tais teses são suficientemente claras e, em certo sentido, se impõem por si mesmas fora de contexto, o problema que se põe consiste em saber o que é que nos autoriza, para além evidentemente da intenção filosofante, a dar-

²⁹ Essa doutrina foi advogada por russellianos eminentes como E. R. Eames e P. Hylton. Sobre a primeira veja-se o livro já citado, na nota 1. Quanto a Hylton, veja-se “Logic in Russell’s Logicism”, em *The Analytic Tradition*, Philosophical Quarterly Tradition, Ed. David Bell e Neil Cooper, Basil Blackwell, Oxford, 1990.

³⁰ N. Griffin, um dos mais renomados investigadores que temos em mente, segue geralmente um tal pressuposto no seu famoso livro *Russell’s Idealist Apprenticeship* (Ed. Clarendon Press, Oxford, 1991), e particularmente no capítulo dedicado às relações (pp. 314-369). A consequência imediata das análises de Griffin é que ficamos mais a saber porque é que Russell não deveria ter dito o que disse e o que é que ele deveria ter dito, do que a compreender o que verdadeiramente disse.

-lhes o enquadramento peculiar da nossa própria reflexão, sempre continuando a chamar-lhes, entretanto, "russellianas". Na verdade, e deste ponto de vista metodológico, um dos pressupostos derradeiros da interpretação de G. Hurtado parece ser a representação de um Russell essencialmente comprometido, desde o início, com o mesmo tipo de análises lógicas e ontológicas a que ele próprio procede finalmente no "Epílogo", como se estas fossem interessantes por si mesmas, e não porque, em vez disso, estivessem ao serviço de uma concepção do mundo, da ciência e do conhecimento em geral muito mais vasta, como parece acontecer precisamente na filosofia de Russell.

A questão de saber qual é essa concepção parece não ter uma elucidação suficiente e clara ao longo do livro de G. Hurtado. Naturalmente, o autor poderia responder que a teoria das relações de Russell é interessante por si mesma, e que isso basta. E esta tem sido, de facto, a resposta oficial das investigações sobre Russell desde que a história da refutação do idealismo e da adesão de Russell a uma visão realista e pluralista do mundo começou a ser re-contada nos últimos vinte anos. É suposto mais ou menos dogmaticamente, por exemplo, que Russell abraçou o realismo e pluralismo de Moore em função não só da atracção e interesse exercidas por essa concepção, mas também, justamente, das contradições internas dos seus próprios pressupostos idealistas, e, nomeadamente, das contradições dos que dizem respeito à teoria das relações. Essa é, como se disse, a interpretação de N. Griffin. E, novamente, a questão que se põe é saber se esse Russell vocacionado por excelência para uma problemática lógico-analítica (ou para uma versão metafísica dela) sem implicações epistemológicas aparentes é adequada para explicar o verdadeiro contexto histórico-filosófico do autor que, alguns anos depois, escrevia como capítulo final de *Os Princípios da Matemática*, estranhamente, um texto sobre H. Hertz e "Os Princípios da Mecânica"³¹; ou, por outro lado, se essa vocação de Russell não é, em última análise, uma projecção de certos pressupostos metodológicos próprios da filosofia analítica contemporânea quanto à forma e ao conteúdo da sua própria problemática. Evidentemente, não se trata aqui, para nós, de rejeitar a importância da teoria das relações para Russell, mas simplesmente de sugerir uma significação filosófica mais ampla para a mesma.

É certo que não se trata para G. Hurtado, ao invés do que se passa em certos sectores da filosofia analítica contemporânea, de ler simplesmente Russell à luz da ideia de que existe um continente caracteristicamente analítico susceptível de ser desenvolvido sistematicamente, seja ele o realismo ou qualquer outro, para o qual Russell terá contribuído mais ou menos decisivamente. O que parece acontecer aqui, em certa medida, é até o inverso; quer dizer, a eleição da filosofia de Russell, e da sua teoria realista das proposições em especial, como base privilegiada de um contributo possível para um tal continente analítico. E isso é feito de uma forma indiscutivelmente original, particularmente no "Epílogo" do livro, apelando para a filosofia medieval, por exemplo, em ordem a ultrapassar as

³¹ Veja-se B. Russell, *The Principles of Mathematics*, Ed. Routledge, London, 1993, cap. LIX, "Hertz's Dynamics", pp. 494-499. Significativamente ou não, a problemática da filosofia da ciência quer do período idealista quer do período entre o livro citado e os *Principia Mathematica* tem sido ignorada pelas investigações sobre Russell.

dificuldades da referida teoria. Mas, por esta via, a ideia de que um tal continente possa existir, e de que ele seja delimitado justamente pela problemática do realismo em filosofia, ou ainda de que, depois de Kaplan e de Evans, possamos contribuir para ele programática e sistematicamente, aparece finalmente com um pressuposto fundamental do autor. Trata-se, como se sugeriu acima, de uma premissa tipicamente contextual da filosofia analítica hoje em dia, particularmente depois dos trabalhos de M. Dummett, que, em boa verdade, nunca foi completamente consensual entre os filósofos analíticos, e, por outro lado, nada nos indica que venha a sê-lo necessariamente no futuro. Seja como for, é ela que informa o projecto mais geral do livro de G. Hurtado, e compreende-se porquê: o aliciente do continente realista (ou anti-realista), em qualquer das suas versões, é que constitui simultaneamente um continente *histórico* para o desenvolvimento da filosofia analítica contemporânea, criando não só a possibilidade essencial de um reconhecimento da mesma no que é suposto serem as suas raízes históricas, mas também, senão fundamentalmente, a possibilidade do seu desenvolvimento a longo prazo. Um tal projecto, sem dúvida, deve ser saudado, porque um dos factos novos na evolução da filosofia analítica nas duas últimas décadas, que está relacionado directamente com o tema das proposições russellianas, é que essa evolução passou de maneira geral pelo legado de Frege até aos anos oitenta, e o revivalismo das teorias de Russell por parte de G. Evans, D. Kaplan e outros (incluindo agora, obviamente, G. Hurtado), em contextos tão fundamentais como a problemática do realismo, mostra o reconhecimento da importância decisiva desse filósofo para nós hoje em dia. Por isso mesmo, mais importante do que o interesse e vantagens de um tal projecto são, em certa medida, as suas limitações.

Nós temos vindo a insistir sobre a importância de certos pressupostos da interpretação de G. Hurtado, em ordem a sugerir que a questão de saber em que medida é que uma investigação sobre as proposições de Russell, como a sua, pode constituir uma contribuição para a problemática das proposições russellianas em geral na filosofia analítica contemporânea, não pode ser respondida estritamente, a nosso ver, no plano histórico-filosófico em que essa investigação é suposto decorrer, e que, inevitavelmente, qualquer resposta a essa questão depende *basicamente*, não dos problemas em discussão sobre as *proposições de Russell*, mas daqueles que dizem respeito às *proposições russellianas*. Uma outra maneira de afirmar a mesma coisa, é reiterar a ideia óbvia de que as proposições russellianas, como mostrou Linsky no artigo já referido, não são geralmente as proposições de Russell quanto aos fundamentos lógicos e epistemológicos implicados nesta ou naquela versão contemporânea, aí incluindo, acrescentaríamos nós, a de G. Hurtado. *Nem poderão ser*, diríamos de forma mais decisiva, uma vez decepada a teoria de Russell de certas componentes lógicas e ontológicas absolutamente essenciais ³².

³² É isso que acontece em as *Proposiciones russellianas*, finalmente, quando o autor reconhece não poder admitir na sua reformulação das teorias de Russell partes essenciais quer da teoria sobre as funções proposicionais, quer da teoria da denotação. Por outro lado, a adaptação que faz da teoria escolástica dos modos, de Suarez, em ordem a justificar a sua própria interpretação do carácter relacional da predicação, estaria por certo muito longe da mente de Russell, que, como *The History of Occidental Philosophy* sugere mais tarde, não tinha predileção filosófica especial pela filosofia medieval (mas é inteiramente compreensível dados os pressupostos de que parte o autor).

3. RUSSELL, WITTGENSTEIN E A TEORIA DAS RELAÇÕES: O DIAGNÓSTICO DE G. HURTADO

3. 1. A bancarrota da filosofia de Russell

O que se disse ajuda-nos a compreender porque é que o impacto do pensamento de Wittgenstein sobre a filosofia de Russell por volta de 1912-1913 é tomado por Hurtado, a exemplo do que parece passar-se hoje em dia de uma maneira geral nas leituras analíticas correntes, como um exemplo paradigmático da sua reflexão. "Paradigmático" quer dizer aqui, fundamentalmente, que, embora a crítica de Wittgenstein às teorias de Russell em *Teoria do Conhecimento* tenha sido feita num tempo e espaço determinados, quer dizer, num contexto histórico-filosófico específico ou particular, ela pode ser abstraída e destacada, de algum modo, meta-histórica e meta-filosoficamente desse contexto, e retomada, por si mesma, no laboratório da reflexão filosófica de G. Hurtado, de acordo com o pressuposto, que analisámos mais acima, de uma retoma do realismo da teoria russelliana das proposições em novos termos. É principalmente esta razão que explica a interpretação muito discutível, e para a qual não se oferece uma justificação clara, segundo a qual Russell, na sequência do impacto de Wittgenstein, não só teria renunciado ao essencial da sua concepção realista das proposições (por exemplo, teria abandonado a teoria das relações externas) ao evoluir para a teoria do juízo como múltipla relação, como teria adoptado, mais ou menos explicitamente, as ideias do próprio Wittgenstein em matéria de teoria das relações³³. Ora, uma tal interpretação, e particularmente essa adopção das ideias de Wittgenstein, parece não encontrar um verdadeiramente acolhimento nos textos do próprio Russell posteriores a 1913, desde *A Filosofia do Atomismo Lógico* à "Introdução" ao *Tractatus* e à segunda edição dos *Princípios Matemática*, e, em certos aspectos fundamentais mesmo, ter sido expressamente rejeitada por ele³⁴. Não há dúvida de que Russell aderiu parcialmente a certas

³³ G. Hurtado, referindo-se ao impacto da crítica de Wittgenstein por altura de *Teoria do Conhecimento*, afirma: "Russell se quedó paralizado com la crítica de Wittgenstein. Lo que sucedió de inmediato fue que abandonó su intento de formular una teoría de la creencia como relación múltiple y posteriormente empezó a cambiar sus ideas acerca de la naturaleza de la predicación hasta que adoptó una postura plenamente wittgensteiniana." (*op. cit.*, pp. 280-281)

³⁴ O pressuposto de G. Hurtado e de outros comentadores de Russell, na perspectiva da filosofia de Wittgenstein, é que Russell deveria ter aceite uma concepção da lógica como a concepção pura de Wittgenstein, isto é, uma concepção geralmente independente de pressupostos psicológicos e epistemológicos, em ordem a desembaraçar-se das dificuldades intrínsecas da sua própria concepção. É verdade que, num primeiro momento, a crítica de Wittgenstein à concepção da lógica do manuscrito *Teoria do Conhecimento* quase paralizou Russell; "quase", porque ele não deixou de publicar os seis primeiros capítulos desse trabalho entre 1914 e 1915, incluindo aí um dos mais conhecidos ("On the Nature of Acquaintance"). Mas Russell, em vez de abandonar completamente as suas investigações, prosseguiu-as com empenho, como mostra o seu *Our Knowledge of the External World* (1914), ou as lições de *The Philosophy of Logical Atomism* (1918). Em 1920-1921, na sua "Introdução" ao *Tractatus*, Russell, embora mostre admiração e respeito por Wittgenstein, procede a uma crítica praticamente demolidora das teorias deste (a teoria do mostrar, a teoria da identidade, etc.), pondo em relevo as suas consequências fatais no que concerne à possibilidade da própria filosofia. Veja-se L. Wittgenstein, *Tractatus Logico-Philosophicus. Investigações Filosóficas*, "Introdução", Ed. C. Gulbenkian, trad. de M. S. Lourenço, Lisboa, 1987, pp. 1-24.

ideias de Wittgenstein, e especialmente ao Wittgenstein do *Tractatus*, mas uma tal adesão está longe de constituir uma adopção *tout court*, como defende geralmente Hurtado, ou mesmo uma adopção mais ou menos problemática, como ele também sugere por vezes, parecendo constituir, em vez disso, uma *adaptação* dessas ideias ao contexto característico da sua própria filosofia, que, no essencial, não o alterou substancialmente³⁵. É isso que o próprio Wittgenstein afirmou expressamente a F. Ramsey, em meados dos anos vinte, e este concluirá por sua própria conta,³⁶ e, portanto, embora a natureza e alcance da influência de Wittgenstein possam (e devam) certamente ser discutidas atenta e detalhadamente (o que, em todo o caso, não ocorre de facto na história de Hurtado), parece que quer a tese do fracasso ou da bancarrota da filosofia de Russell seja em 1913 seja por altura da publicação do *Tractatus*, quer a tese da simples adopção das perspectivas de Wittgenstein tanto numa como noutra altura, e especialmente na segunda, não têm um fundamento histórico e filosófico claro³⁷.

Uma vez dito isto, compreende-se perfeitamente na história de G. Hurtado a função paradigmática, *metodologicamente* falando, do impacto do pensamento de Wittgenstein sobre a filosofia de Russell, e, em particular, sobre uma tal filosofia na sua "idade de ouro", quer dizer, justamente naquela que é considerada, de maneira geral, a época decisiva da contribuição de Russell para a filosofia contemporânea a respeito das fundações da lógica e da matemática. Sem o pressuposto de um fracasso geral e mais ou menos fatal da filosofia de Russell,

³⁵ Essa adaptação é particularmente óbvia na segunda edição dos *Principia Mathematica*. Na introdução a essa edição Russell aceitou algumas críticas de Wittgenstein e outras de Ramsey (considerado, por ele, um seguidor de Wittgenstein), e procedeu a algumas modificações em relação à primeira edição, sem, contudo, alterar as suas concepções fundamentais. Essas modificações caracterizam sobretudo o plano da notação e da sintaxe, e traduzem aquilo a que podemos chamar uma adopção parcial da interpretação linguística das proposições da lógica sugerida pelo *Tractatus*. Entre elas, está o tratamento das proposições da lógica como logicamente verdadeiras ou falsas em virtude das regras do simbolismo de acordo com as quais são formuladas, a negação de que as proposições constituam nomes, a eliminação da distinção entre variáveis aparentes e variáveis reais, e da ideia de asserção das funções proposicionais, e, sobretudo, a abertura a um possível tratamento do axioma da redutibilidade de acordo com algumas sugestões de Wittgenstein. Mas, quanto a todo um outro importante conjunto de questões que suscitaram críticas no *Tractatus*, as posições de Russell eram as mesmas: a classificação das formas das proposições, as reservas sobre o tratamento das proposições em geral como funções de verdade, a teoria da identidade, etc.. Veja-se A. Whitehead, e B. Russell, *Principia Mathematica*, "Introduction to the Second Edition", pp. x-xvii.

³⁶ Numa carta dirigida a Wittgenstein, Ramsey afirma neste sentido: "I went to see Russell a few weeks ago, and I am reading the manuscript of the new stuff he is putting in the *Principia*. You are quite sure that it is of no importance; all it really amounts to is a clever proof of mathematical induction without the using of the axiom of reducibility. ... There are no fundamental changes, identity just as it used to be... Of all your work he seems now to accept only this: that it is nonsense to put an adjective under a substantive ought to be which helps with his theory of types." (*Ludwig Wittgenstein. Letters to C. Ogden with Comments on the English Translation of the 'Tractatus Logico-Philosophicus'*, Ed. G. H. von Wright, Basil Blackwell, Oxford, 1973, p. 84)

³⁷ Nós examinámos atentamente ambas as teses nossa dissertação, *Bertrand Russell e as origens da filosofia analítica*, especialmente na 2.ª Parte, "O impacto filosófico do *Tractatus*: da imagem oficial de Russell à reabilitação da sua filosofia", pp. 197-517.

na sequência desse impacto, a idealização meta-histórica e meta-filosofica desejada e requerida de uma tal "idade de ouro" pelo laboratório da reflexão de G. Hurtado não poderia, de facto, ocorrer. Esse pressuposto implica, inevitavelmente, sugerir que os acontecimentos propriamente históricos do debate filosófico, como aqueles que estão em questão nas discussões entre Russell e Wittgenstein, são, no fim de contas, irrelevantes em relação a uma significação filosófica mais ou menos intemporal. Mas, por outro lado, será que se pode compreender, *historica* e *filosoficamente* falando, uma tal idealização? Na verdade, dizer que uma tal filosofia fracassou ou entrou em bancarrota num tal contexto, é dizer, indirectamente pelo menos, que o que se lhe segue (o desenvolvimento da teoria russelliana das proposições, em especial) não tem verdadeira importância e significação filosófica para nós hoje em dia, e isso, sem dúvida está ainda por justificar em grande parte (e como tal ficou na história de G. Hurtado)³⁸. Ao inverso, uma vez admitido o pressuposto contrário ao dessa história, quer dizer, admitida que foi a originalidade e a continuidade essenciais da filosofia de Russell a despeito do impacto de Wittgenstein, nada nos autoriza a contá-la do ponto de vista (suposto) de Wittgenstein, nem, em consequência, a acentuar nela, meta-historicamente, as contradições e dificuldades internas das soluções eminentemente conjecturais de Russell, nem, finalmente, a idealizá-la como paradigma da nossa própria reflexão filosófica, divorciando-a do desenvolvimento da filosofia de Russell ela mesma.

3.2. *Cumplicidades*

Entretanto, como explicar o facto aparentemente paradoxal de que a filosofia de Russell continue a ser lida essencialmente na perspectiva de Wittgenstein, apesar da leitura alternativa que foi sugerida dar conta muito mais adequadamente da relação entre os dois filósofos? A explicação, uma vez mais, parece ser histórico-filosófica, consistindo na evolução da filosofia analítica contemporânea desde os anos cinquenta, e, particularmente, na circunstância de certos pressupostos da filosofia analítica inglesa dessa época continuarem mais ou menos impunes actualmente. Entre eles, para nos limitarmos ao que é importante, parece estar a ideia de que a contribuição de Russell para o movimento analítico foi geralmente perniciosa, porque terá misturado indevidamente a lógica com a psicologia e a epistemologia, sacrificando a primeira aos interesses mais ou menos

³⁸ A desvalorização óbvia do interesse da filosofia de Russell posterior à publicação do *Tractatus*, incluindo a segunda edição dos *Principia Mathematica*, é uma consequência inevitável da tese dos que defendem que essa filosofia entrou em bancarrota com o livro de Wittgenstein. Dentro dos estudos russellianos, uma defesa desse tipo de consequências pode encontrar-se em F. Rodriguez-Consuegra, "Russell's Perilous Journey from Atomism to Holism: 1919-1951", em *Bertrand Russell and the Origins of Analytical Philosophy*, Ed. R. Monk e A. Palmer, Thoemes Press, Bristol, 1996, pp. 217-245.

espúrios tanto de uma como de outra³⁹. O cerne do problema, deste ponto de vista, é que a filosofia da lógica e da matemática de Russell será incapaz, pela sua própria natureza, de delimitar metodológica e conceptualmente o campo de uma investigação sistemática que possa ser desenvolvida independentemente desses interesses, embora neste ou naquele aspecto mais ou menos essencial (como a teoria das proposições, por exemplo) possa contribuir para essa investigação.

Significativamente, como se disse acima, a leitura de G. Hurtado a respeito do diagnóstico do impacto de Wittgenstein sobre a teoria russelliana das proposições entre 1912-1913 e a publicação do *Tractatus*, vai de maneira clara, quer ao encontro das leituras correntes nas investigações sobre Russell desde os anos oitenta, quer, fundamentalmente, ao encontro de uma problemática dominante da filosofia analítica também desde essa altura. Como ele, P. Hylton, F. R. Consegua, R. Tully, N. Griffin, entre outros, adoptaram mais ou menos explicitamente a tese de uma bancarrora da filosofia de Russell na sequência desse impacto, e elegeram geralmente num tal período como tema essencial das suas investigações, desta ou daquela forma, a mesmo tipo de problemática. O balanço geral, deste ponto de vista, dá-nos um Russell essencialmente ocupado com o problema da unidade proposicional, como acontece em Hylton, com "Terms, Complexes e Relações", como ocorre com Griffin, com o problema bradleyano do regresso ao infinito na justificação das relações, como se passa com R. Consegua, etc.⁴⁰. Mas, por outro lado, esta ênfase numa problemática específica e caracteristicamente lógico-analítica onde o realismo da teoria russelliana das proposições ocupa um lugar de destaque, em detrimento do estudo do projecto mais geral da filosofia de Russell nesse período, parece ser indissociável, numa perspectiva estritamente histórico-filosófica, da insistência por parte da filosofia analítica contemporânea nesse mesmo tipo de problemática quanto às fundações da lógica e da matemática, em prejuízo de outras, praticamente sem relevo, como a ontológica ou a epistemológica⁴¹. Na verdade, poderíamos mesmo ir mais longe neste sentido, e sugerir que o que parece ocorrer de facto, como a história de G. Hurtado indicia de maneira reveladora, é que a eleição dos problemas implicados pelo realismo da teoria russelliana das proposições, fazendo

³⁹ Veja-se, neste sentido, P. M. S. Hacker, *Wittgenstein's Place in Twentieth-century Analytic Philosophy*, Ed. Blackwell, London, 1996 especialmente cap. 3, "The Impact of the Tractatus", pp. 39-66.

⁴⁰ Veja-se P. Hylton, "Beginning with Analysis", em *Bertrand Russell and the Origins of Analytical Philosophy*, pp. 183-215; N. Griffin, "Terms, Relations, Complexes" em *Russell and Analytic Philosophy*, 1993, pp. 159-192; S. Candlish, "The Unity of the Proposition and Russell's Theory of Judgment", em *Bertrand Russell and the Origins of Analytical Philosophy*, pp. 103-136; e Rodriguez-Consegua, depois do famoso livro *The Mathematical Philosophy of Bertrand Russell* (Ed. Birkhäuser Verlag, Basel/Boston/Berlin, 1991), onde a teoria das relações de Russell ocupa um lugar de destaque, tem estado a trabalhar justamente sobre o impacto da crítica dessa teoria, por parte de Bradley, ao longo da filosofia de Russell.

⁴¹ Veja-se, deste ponto de vista, J. L. Cohen, *The Dialogue of Reason. An Analysis of Analytic Philosophy*, Ed. Clarendon Press, Oxford, 1986.

implicitamente de Russell um realista *avant-garde*, é um efeito interno, contextual, nas investigações sobre esse filósofo (como o será aliás, de outro ponto de vista, nas investigações sobre Frege) das preocupações e interesses mais gerais do movimento analítico contemporâneo. O problema, obviamente, não reside meramente na projecção desses interesses nas investigações sobre Russell, mas em que se pretenda, como inevitavelmente acaba por ocorrer, que o filósofo os tenha tido, ou tenha desenvolvido o seu pensamento de acordo com eles.

4. OBSERVAÇÕES FINAIS

Originalidade e interesse do livro de G. Hurtado para os estudos russellianos e a filosofia analítica

Apesar de algumas das suas premissas metodológicas nos parecerem discutíveis, o livro de G. Hurtado vai certamente ficar na história dos estudos contemporâneos de Russell, e ser, com toda a probabilidade, uma referência indispensável da investigação a realizar a respeito da problemática das proposições russellianas, por uma razão fundamental sugerida ao longo dos nossos comentários: trata-se do primeiro trabalho sistemático sobre a teoria das proposições de Russell, e um dos primeiros sobre a conexão entre esta teoria e essa problemática. Quanto às investigações especializadas sobre as proposições de Russell, só nos últimos anos é que apareceram algumas contribuições importantes, cuja qualidade é indiscutível, mas que estão longe de poder rivalizar em amplitude e sistematicidade com a do filósofo e académico mexicano. E o mesmo poderíamos dizer, no fundo, quanto às proposições russellianas, não fora a singularidade dos (poucos) filósofos envolvidos neste caso.

Estas considerações, que antecipámos logo à partida, não nos impediram de apresentar e mesmo acentuar um conjunto importante de objecções à metodologia seguida na interpretação de Russell por parte de G. Hurtado, do ponto de vista, sobretudo, da concepção da história da filosofia *implícita* nessa interpretação e do modo como os problemas filosóficos são aí encarados. Como se pôde constatar, entretanto, as críticas feitas não se dirigiram particularmente ao livro em apreço, mas, de maneira mais geral, a uma visão corrente, hoje em dia, nos estudos russellianos e na própria filosofia analítica contemporânea, que, a nosso ver, importa rejeitar como pressuposto da investigação histórico-filosófica. A estratégia argumentativa seguida ao longo do livro, procurando uma passagem progressiva das dificuldades da teoria das proposições de Russell para a interpretação que nos é oferecida sobre as proposições russellianas, é a razão principal das dificuldades que, por sua vez, parece ter a própria interpretação de G. Hurtado no plano metodológico.

Uma vez dito isto, os problemas que evocámos permanecem, a nosso ver, com todo o interesse. A investigação sobre a filosofia de Russell alimentou-se no passado, em grande parte, de pressupostos caracteristicamente meta-históricos e meta-filosóficos provenientes do contexto mais vasto da filosofia analítica, sem

aparentemente ter tido deles a consciência que se requeria. A consequência principal dessa situação foi que o estudo da obra do filósofo ela mesma em toda a sua imensa riqueza e complexidade, apesar de muitas exceções notáveis, foi secundarizado, constituindo fundamentalmente um pre-texto para a legitimação de filosofias alternativas e rivais no plano histórico. A recepção de Russell pela filosofia analítica inglesa dos anos cinquenta e sessenta, como vimos, parece ser um exemplo desta afirmação; mas outros, mais recentes, como aqueles que dizem respeito à relação entre Russell e Wittgenstein nos planos histórico e filosófico, deveriam, a termos razão, reter toda a nossa atenção. Sem dúvida, a projecção de pressupostos de tipo meta-histórico ou meta-filosófico na historiografia sobre Russell, ou em qualquer outra, é inevitável; mas pode não ser, como se disse, invariavelmente nefasta. O filósofo, não menos do que o homem comum, não escapa a um destino trágico e errante, e, talvez o seu, do ponto de vista da história da filosofia, consista justamente na falta da aprecepção necessária de uma tal projecção.

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

(sobre as proposições de Russell
e as proposições russellianas)

- EVANS, G., *The Varieties of Reference*, Oxford University Press, Oxford, 1982;
 IDEM, "Understanding Demonstratives", em *Meaning and Understanding*, Ed. Herman Parret e J. Bouveresse, Walter de Gruyter, Berlin-New York, 1981;
 HYLTON, P., "Beginning with Analysis", em *Bertrand Russell and the Origins of Analytical Philosophy*, Ed. R. Monk e A. Palmer, Thoemes Press, 1996, pp. 183-217;
 HURTADO, G., *Proposiciones russellianas*, Ed. Universidade Nacional Autónoma de México, México, 1999;
 KAPLAN, D., "Dhat", em *Contemporary Perspectives in the Philosophy of Language*, Ed. P. French et al., University of Minnesota Press, Minneapolis, 1979;
 IDEM, "Demonstratives", em *Themes from Kaplan*, Ed. Joseph Almog, John Perry, e Howard Wettstein, Oxford University Press, Oxford, 1989, pp. 481-563;
 LINSKY, B., "Why Russell Abandoned Russellian Propositions", em *Russell and Analytic Philosophy*, Ed. A. D. Irvine e G. A. Wedeking, University of Toronto Press, Toronto, 1993, pp. 97-139;
 NEALE, S., "Gramatical Form, Logical Form, and Incomplete Symbols", em *Russell and Analytic Philosophy*, pp. 97-139;
 PEARLS, D., "Russell's 1913 Theory of Knowledge Manuscript", em *Rereading Russell. Essays on Bertrand Russell's Metaphysics and Epistemology*, Ed. C. W. Savage e A. Anderson, University of Minnesota Press, Minneapolis, 1989, pp. 169-182;
 ROFRIGUEZ-CONSUEGRA, F., *The Mathematical Philosophy of Bertrand Russell. Origins and Development*, Ed. Birkhäuser Verlag, Basel/Boston/Berlin, 1991;
 RUSSELL, B., *The Principles of Mathematics*, Ed. Routledge, London, 1993;
 IDEM, *Theory of Knowledge. The 1913 Manuscript*, The Collected Papers of Bertrand Russell, vol. 7, Ed. E. Ramsey Eames, Routledge, London, 1993;
 WITTGENSTEIN, L., *Tractatus Logico-Philosophicus. Investigações Filosóficas*, Ed. C. Gulbenkian, trad. de M. S. Lourenço, Lisboa, 1987.